



GOVERNO PRORROGA PRAZO DE ADESÃO AO REFIS

INTERESSADOS TÊM ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO PARA ADERIR AO
PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA (PERT)

Divulgação Receita Federal



O prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o chamado Refis, que terminaria hoje (29/09), foi prorrogado para o próximo dia 31 de outubro. A decisão consta da Medida Provisória nº 804, publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira.

Associada a essa prorrogação, o Plenário da Câmara dos Deputados, após longa negociação entre o governo e os parlamentares, aprovou no último dia 27/09 emenda substitutiva do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB/MG) à MPV 783/17, que concede novo parcelamento de dívidas tributárias ou não com a Receita Federal à Procuradoria-

Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Procuradoria-Geral da União. A emenda propõe uma mistura de regras do texto original e do projeto de lei de conversão. Antes de seguir para apreciação do Senado, os deputados ainda precisam analisar as sugestões de destaques à MPV. Para não perder a validade, a medida precisa ser analisada nas duas Casas até o dia 11 de outubro.

Um dos ganhos obtidos pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados é que as empresas de incorporação imobiliária optantes do Regime Especial Tributário do Patrimônio de Afetação (Lei nº 10.931/2004) poderão refinaranciar dívidas vencidas no âmbito do PERT, que abrangem os débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até

30 de abril de 2017, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação dessa Lei, desde que requerimento seja efetuado até o dia 31 de outubro de 2017.

Os devedores com débitos de até R\$ 15 milhões terão condições especiais e poderão dar uma entrada no valor de 5% da dívida. Acima de R\$ 15 milhões, o valor a ser dado terá de ser de pelo menos 20% do valor da dívida.

Forma de Pagamento	Multas	Juros	Encargos
À vista	70%	90%	25%
Em 145 vezes	50	80%	25%
Em 175 vezes	25%	50%	25%

A medida também permite a utilização de créditos

de prejuízo fiscal em diversos dispositivos. No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o sujeito passivo que aderir ao PERT poderá liquidar os débitos mediante a opção por uma das seguintes modalidades: pagamento em espécie de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a possibilidade de pagamento, em espécie, de eventual saldo remanescente em até sessenta prestações adicionais, vencíveis a partir do mês seguinte ao do pagamento à vista.



II SEMINÁRIO JURÍDICO CBIC
Construindo o Direito

**INSEGURANÇA JURÍDICA
NA CONSTRUÇÃO CIVIL**

INCREVA-SE PARA O MAIS IMPORTANTE EVENTO
SOBRE DIREITO IMOBILIÁRIO DE 2017

06 de outubro de 2017

8h às 18h30

Local: Auditório do 3º andar da Casa do Comércio, Av Tancredo Neves, 1109 - Pituba - Salvador - BA

ENCONTRO NACIONAL DOS SECONCIS (ENSE) REFORÇA O COMPROMISSO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

MUDANÇAS NO CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO DO PAÍS E O IMPACTO DESSAS MUDANÇAS NAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS SECONCIS FORAM DESTAQUES DA ABERTURA DO EVENTO

Divulgação



Presidente da CBIC, José Carlos Martins, na solenidade de abertura do ENSE.

Representantes dos Serviços Sociais da Indústria da Construção (Seconcis) de todo o país estão reunidos desde o último dia 27/09, no Hotel Mercure, no Rio de Janeiro, para a edição 2017 do Encontro Nacional dos Seconcis (ENSE). Considerado o mais importante evento para a discussão de assuntos administrativos, estratégicos e técnicos, o ENSE 2017 é promovido pelo Seconci Brasil, em parceria com o Seconci-Rio e apoio do Plano de Amparo Social Imediato (PASI). “A expectativa é de que, ao final do evento, o ENSE contribua para o fortalecimento e crescimento de todos os Seconcis, para o aprimoramento e desenvolvimento profissional dos especialistas e gestores e, conseqüentemente, gere ganhos para as empresas, seus trabalhadores e a sociedade em geral”, destaca o presidente do Seconci Brasil, Antonio Carlos Salgueiro de Araújo.

No momento em que o país enfrenta uma das maiores crises de sua história e ao mesmo tempo mudanças estruturais como a reforma trabalhista e a regulamentação da terceirização, quebrando velhos paradigmas que norteiam a relação capital trabalho, os representantes dos Seconcis de todo o país se sentem desafiados a adotar medidas adequadas que apoiem as empresas no sentido de recuperar a atividade econômica e a retomada de seu crescimento, sem perder a essência e o compromisso com o desenvolvimento humano de todos que atuam no setor, contribuindo para o tão necessário crescimento sustentável do Brasil.

Já na solenidade de abertura do evento, as mudanças no cenário político e econômico do Brasil e o impacto dessas mudanças nas ações desenvolvidas pelos Seconcis foi tema de des-



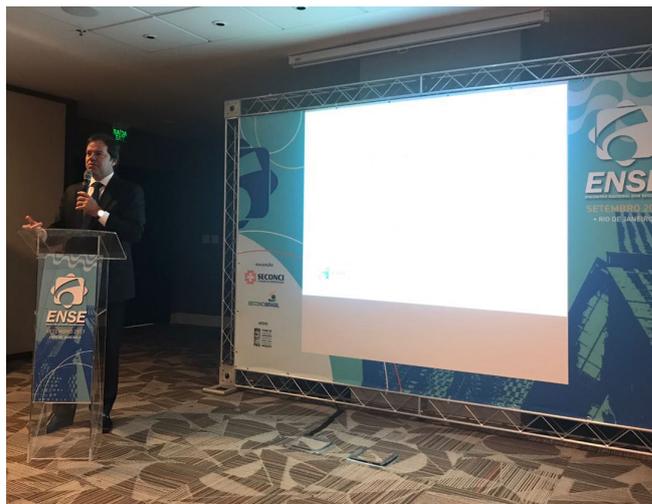
Presidente do Seconci Brasil, Antonio Carlos Salgueiro de Araújo, na abertura do ENSE 2017

taque dos discursos. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, ressaltou a importância da troca de experiências, acrescentando que os Seconcis são a mola mestra do setor de construção, uma vez que a produtividade é cada vez mais preponderante na forma como as empresas se destacam. “O cuidado com o trabalhador é o ponto chave da melhoria dessa produtividade, daí a importância de um evento como o ENSE, dentro da missão dos Seconcis”, destacou.

O presidente do Seconci-Rio, Jackson da Costa Pereira, também ressaltou a relevância da troca de experiências vividas pelos diversos estados, para que cada entidade otimize suas ações, baseando-se nas boas práticas das demais. Já o presidente do Seconci-Brasil, Antonio Carlos Salgueiro de Araújo, disse que o “Seconci, mais do que saúde é a construção levando segurança e dignidade aos trabalhadores”.

REFORMA TRABALHISTA

Durante o ENSE também estão sendo discutidos assuntos como: desenvolvimento sustentável, reforma trabalhista, biossegurança na odontologia, informatização na área de saúde, desenvolvimento institucional, governança corporativa entre outros.



Presidente da CPRT/CBIC, Fernando Guedes, apresenta informações sobre a modernização das relações do trabalho aos participantes do ENSE 2017

A reforma trabalhista, tema que tem ocupado as manchetes dos jornais e preocupado empresários e gestores de todo o país, foi abordada pelo presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, Fernando Guedes, que ressaltou as importantes mudanças que ela representa no mundo do trabalho.

ADESÃO AO PACTO GLOBAL

Um dos destaques do evento foi a adesão do Seconci-Rio ao Pacto Global. A iniciativa reforça a missão da entidade de agente transformador da indústria da construção e o seu compromisso de mobilizar as empresas para adoção de práticas que promovam valores fundamentais de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Para o presidente do Seconci-Rio a adesão ao Pacto Global está dentro do escopo principal de atuação de todos os Seconcis espalhados pelo Brasil que, há mais de 50 anos, focam seus trabalhos no desenvolvimento profissional e social daqueles que fazem parte da indústria da construção.

Reforçando a importância da adesão de empresas ao Pacto Global, para que haja maior comprometimento com o desenvolvimento de ações



A assessora da Rede Brasil do Pacto Global, Bárbara Dunin, e o presidente do Seconci-Rio, Jackson da Costa Pereira, após assinatura da adesão do Seconci-Rio ao Pacto Global da ONU.

que legitimem os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a assessora da Rede Brasil do Pacto Global, Bárbara Dunin, disse que a decisão é relevante, principalmente em razão do setor de

construção civil ser muito importante para a economia dos estados. Segundo ela, aderir à iniciativa demonstra que a entidade entende que desenvolver ações sustentáveis faz parte do negócio, porque minimiza riscos e estimula novas parcerias, entre outras vantagens.

Na ocasião, o engenheiro Ambiental de Qualidade, Acreditações, Certificações e Auditorias do Hospital Albert Einstein, Neilór Cardoso Guilherme, apresentou case de sucesso na adesão ao Pacto Global.

[Clique aqui](#) para acessar o vídeo do Seconci Brasil e conhecer mais sobre esse serviço social da indústria da construção que, com 30 unidades espalhadas por 11 estados do país e no DF, oferecem serviços de saúde e segurança aos trabalhadores do setor da construção e seus familiares e alcançando cerca de 270 mil consultas médicas/ano e 430 mil consultas odontológicas/ano.

AGENDE ESTA DATA!

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS



III ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com a correalização do SESI-DN, realizará o III Encontro Nacional de Segurança e Saúde na Indústria da Construção no dia **10 de outubro de 2017, no Complexo Brasil XXI, em Brasília/DF**, que contará com a participação de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público do Trabalho, empresários da Indústria da Construção e representantes dos trabalhadores do setor.

INVASÃO DE OBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL TRAZ PREJUÍZO PARA A ECONOMIA, AO CONSUMIDOR E ÀS CONSTRUTORAS

EMPRESAS ACABAM GASTANDO ALÉM DO ORÇAMENTO INICIAL PORQUE PRECISAM AUMENTAR A SEGURANÇA NOS CONDOMÍNIOS CONCLUÍDOS, AÇÃO QUE PODERIA SER EVITADA SE A DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS FOSSE CONCLUÍDA AO FINAL DA OBRA

Divulgação



A invasão a canteiro de obras das casas populares do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), Faixas 1 e 2, em fase de construção ou que já se encontram finalizadas, estão sendo alvo de invasão por grupos organizados de famílias carentes em vários empreendimentos do País. Por problemas burocráticos da Prefeitura, as unidades habitacionais ainda não tiveram a liberação do documento de Habite-se. A demora na liberação acaba facilitando a invasão seguida normalmente de depredação do bem, acarretando prejuízo ao governo federal, prefeitura e construtoras contratadas responsáveis pelo projeto.

As invasões acontecem principalmente quando as obras estão em fase final e ocorrem problemas como atraso nos repasses de recursos dos agentes financeiros levando à paralisação dos serviços, mudança de gestão nas prefeituras, empreendi-

mentos com períodos de obra longos muito além do estabelecido em contrato.

Embora ainda não exista um diagnóstico preciso sobre o total de obras invadidas, o distúrbio é crescente e tem preocupado empresários que estão arcando com os custos da vigilância permanente do empreendimento.

“Na região que estamos com 1.400 unidades construídas, 99% estão com a obra pronta, mas a prefeitura ainda não selecionou ninguém. Vigiar uma obra dessas de dois quilômetros de extensão é um custo inadmissível para quem já está prejudicado”, disse André Montenegro, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon-CE), durante a reunião mensal de acompanhamento da execução do Programa Minha Casa, Minha Vida,

PH Freitas/CBIC



Presidente do Sinduscon-CE, André Montenegro

no âmbito da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

A preocupação da CBIC é que a entrega se dê em tempo hábil de forma que as empresas possam cumprir seus contratos e com isso a responsabilidade da construtora encerre com 60 dias após a conclusão das obras. Pela regra, o imóvel só pode ser liberado para morar quando tem uma infraestrutura mínima, de água, luz, esgoto, autorização do Corpo de Bombeiros e Habite-se.

ESTRAGOS PÓS-INVASÃO

O governo federal tem arcado com os prejuízos dos estragos às instalações invadidas. Resultado: a obra sai mais cara para o Estado por ineficiência das prefeituras para entregar as unidades habitacionais em tempo hábil para a população de baixa renda. Empresários do setor alegam que um pano de fundo político emoldura um jogo de empurra: banco, prefeitura e governo.

“Se o prefeito não apresentar a demanda em 90 dias, antes de concluir a obra, ele perde o direito de indicar, e aí, sim, ele vai indicar logo no primeiro dia de obra”, disse Mauro Campos Pereira, presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário do Sul

PH Freitas/CBIC



Coordenador MCMV/CBIC e presidente do Sinduscon-BA, Carlos Henrique Passos

Fluminense (Sinduscon-SF), argumentando ser necessário mudar a legislação que estabelece responsabilidades na indicação.

“O problema é político. Nós tínhamos em Pernambuco 2.200 obras e com a mudança de prefeito houve a invasão de 300 empreendimentos, que só agora recentemente conseguimos solucionar. Essa confusão no Ceará se reflete nos outros Estados, afirmou Maria Elizabeth do Nascimento (Betinha), diretora de Assuntos Imobiliários, Obras Privadas e Instalações do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (Sinduscon-PE).

O coordenador do Programa MCMV, Carlos Henrique Passos, presidente do Sinduscon-BA, propõe que seja feito um levantamento do número de empreendimentos “por entregar”, no âmbito do Faixa 1. “Esse é um tema latente para as empresas manterem os seus compromissos”.

Para o presidente da Comissão da Indústria Imobiliária da CBIC, Celso Petrucci, o levantamento é importante, mas é necessário o apoio político para a entrega final. “Além de fazer o levantamento, nós precisamos também do licenciamento final da obra e de um contato político com o Ministério das Cidades para que eles assumam o compromisso junto com a gente”.

CÂMARAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO DE 18 PAÍSES LATINO-AMERICANOS SE REÚNEM NA PRÓXIMA SEMANA NA ARGENTINA

AGENDA INCLUI REUNIÃO DO CONSELHO DIRETIVO DA FEDERAÇÃO INTERAMERICANA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (FIIC) E 31º CONGRESSO INTERAMERICANO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Divulgação FIIC



Representantes das Câmaras da Construção da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Dominicana, El Salvador, Uruguai e Venezuela, que integram a Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), se reúnem nos próximos dias, em Buenos Aires, na Argentina, para a LXXVIII Reunião do Conselho Diretivo da FIIC e o 31º Congresso Interamericano da Indústria da Construção. A anfitriã dos eventos será a Câmara Argentina da Construção (Camarco). A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) participará das reuniões, representada pelo presidente José Carlos Martins, e pelo representante da entidade na FIIC e membro do conselho Diretor da FIIC, Murillo Allevato. “A expectativa com os eventos é muito boa devido a efetiva integração das informações intercambiadas entre os 18 países que compõem a FIIC”, destava Allevato.

O Conselho Diretivo da FIIC se reunirá nos dias 2 e 3 de outubro, no Salon La Pampa do Hotel Sheraton Buenos Aires, ocasião em que os membros das 18 Câmaras da Construção terão a oportunidade de trocar experiências sobre temas de interesse do setor na América Latina, bem como avaliar os resultados das Comissões Técnicas da FIIC e programar ações futuras. Destaque para as plenárias das comissões: Inconet, Desenvolvimento Urbano e Habitação, Infraestrutura, Construção Sustentável, Responsabilidade Social Empresarial e Anticorrupção.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Desde 2015, a CBIC coordena a Comissão de Construção Sustentável da FIIC. Durante a reunião do dia 2 de outubro, o presidente José Carlos Martins fará um breve relato sobre as ações desenvolvidas pela comissão até o mo-

PH Freitas/CBIC



Presidente da CBIC e coordenador da Comissão de Construção Sustentável da FIIC, José Carlos Martins

mento, com destaque para a parceria desenvolvida pela CBIC e outras Câmaras integrantes da FIIC, e o *International Finance Corporation (IFC)*/Banco Mundial para estabelecer mecanismo de difusão do Programa Edge no Brasil no segmento da construção civil.

O *Excellence In Design for Greater Efficiencies (Edge)* é um *software* de certificação, que permite determinar a viabilidade financeira de um projeto de construção sustentável em sua fase inicial de elaboração. Ele simplifica os procedimentos para obtenção das qualificações que credenciam um edifício verde. Trata-se de uma plataforma de consulta *online* e acesso livre que permite uma avaliação da performance da construção em três áreas: energia, água e energia obtida dos materiais.

Martins também dará ciência da participação da CBIC no 8º Fórum Mundial da Água, maior evento global sobre o tema, que será realizado de 18 a 23 de março de 2018, em Brasília, com a participação dos principais especialistas, gestores e organizações em água do mundo. Além das ações junto ao Grupo de Construção Sustentável da *Confederation of International Contractors Associations (CICA)* no que se refere à Aliança Global para os Edifícios e a Construção (GABC), iniciativa lançada na COP21, como parte da Agenda de Ação de Lima, em Paris.

PH Freitas/CBIC



Representante da CBIC junto à FIIC e membro do Conselho Diretor da FIIC, Murillo Allevato

CONGRESSO INTERAMERICANO

Já no dia 4 de outubro, no Hotel Sheraton Buenos Aires, terá início o 31º Congresso Interamericano da Indústria da Construção. Ocasão em que, entre outros, será realizada a cerimônia de entrega do 3º Prêmio Latino-Americano de Responsabilidade Social Empresarial FIIC para o biênio 2017-2019. A premiação reflete a evolução e a importância da responsabilidade social no cotidiano dos negócios das empresas, associadas às Câmaras membros da FIIC.

A empresa Pontal Engenharia Construções e Incorporações Ltda, uma das três empresas líderes no campo da responsabilidade social na América Latina a receber a premiação, foi indicada pela CBIC para concorrer ao 3º Prêmio Latino-Americano de Responsabilidade Social Empresarial FIIC.

No mesmo dia, o presidente da CBIC, José Carlos Martins, juntamente com o vice-presidente Corporativo de Setores Produtivo e Financeiro (CAF), Manuel Malaret, e o presidente da CICA, Jorge Mas Figueroa, abordarão o tema “Fortalecimento das pequenas e médias empresas latino-americanas”. O painel será moderado pelo vice-presidente da FIIC, Iván Szczech.

[Clique aqui](#) para mais informações sobre a LXXVII Reunião do Conselho Diretivo e do 31º Congresso Interamericano da Indústria da Construção.

QUANDO A ESMOLA É DEMAIS ...

CARLOS EDUARDO LIMA JORGE, presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (COP/CBIC)

PH Freitas/CBIC



Provérbio popular de origem histórica desconhecida, “quando a esmola é demais, o santo desconfia” é aplicado para indicar certa desconfiança em relação à atitudes bondosas que vão além dos limites normais. Com a devida “licença poética”, aplico esse conceito no ambiente das licitações de

obras públicas, adaptando-o para “quando o desconto é excessivo, o administrador tem a obrigação de desconfiar”.

Os descontos acima referidos têm se propagado no campo das licitações públicas, sejam elas de projetos de empreitada, sejam de parcerias (concessões, PPPs), casos em que, na sua maioria, colocam em risco o objetivo final que é o de entregar o empreendimento e/ou serviço no prazo e na qualidade exigidos.

Podemos destacar alguns motivos que levam as empresas a oferecerem preços nas licitações, muito abaixo daqueles orçados pela própria administração contratante. No caso das concessões, o exagero se dá no sentido inverso, qual seja, o licitante oferecer valor de outorga muito superior ao piso estabelecido pelo poder concedente. O motivo mais recorrente é o da significativa redução das oportunidades de negócios para as empresas – fruto da crise fiscal e de investimentos públicos – levando-as a buscar resultado positivo nas licitações a qualquer custo. Esse esforço é compreensível, porém a experiência tem mostrado o inverso: tais situações é que têm levado centenas de empresas a fecharem suas portas.

Mas seja lá qual for o motivo que leve a construtora a

“mergulhar” nos preços, a administração pública tem – ou deveria ter – a obrigação de recusar propostas manifestamente inexequíveis. E por que não o faz? Não recusa com receio dos órgãos de fiscalização e controle que insistem na premissa de que o melhor preço é o menor preço.

Ou seja, quem deveria cuidar da aplicação mais eficiente dos recursos públicos, estimula a corrupção (tentativas de melhorar o contrato pós-licitação) e estimula o verdadeiro cemitério de obras paralisadas ou abandonadas que infelizmente se propaga de norte a sul do país.

A evidente distorção que se verifica na vantagem do empate para as empresas de pequeno porte (empate ficto, estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006) é outro foco que merece atenção imediata dos legisladores. Empresas assumindo compromissos que extrapolam em muito sua capacidade operativa, utilizando-se do “recurso legal” que lhes assegura empate e preferência, em propostas até 10% superior à proposta mais bem classificada. Exemplo dessa distorção pode ser verificado em autarquia paulista responsável pela construção e manutenção de escolas, com mais de 300 obras paralisadas.

No momento em que discutimos no Congresso Nacional projeto de revisão da Lei Geral de Licitações, em que vemos o governo federal dedicando esforços para corrigir erros passados nos editais e modelagens de concessões e PPPs e quando vemos o país avançar no combate à corrupção – é sem dúvida o momento mais oportuno para se estabelecer forte e eficaz arcabouço legal e jurídico que garanta para toda a sociedade que a melhor contratação pública é aquela que assegure a entrega do bem no prazo e na qualidade exigidos.

CUB/m² MÉDIO-BRASIL - AGOSTO/2017

UF / GRANDES REGIÕES	PROJETO-PADRÃO	VALOR EM R\$/m ²	VARIÇÕES (%)		
			MÊS	ACUMULADAS	
				ANO	12 MESES
SINDUSCON-AL	R8-N	1.199,88	0,11	1,95	2,34
SINDUSCON-AM	R8-N	1.316,94	0,20	6,28	3,68
SINDUSCON-BA	R8-N	1.363,86	0,05	3,61	4,30
SINDUSCON-CE	R8-N	1.157,59	0,28	3,20	3,40
SINDUSCON-DF	R8-N	1.241,27	-0,33	4,52	8,21
SINDUSCON-ES	R-médio	1.533,44	0,17	3,28	3,63
SINDUSCON-GO	R16-A	1.557,71	0,15	3,00	3,02
SINDUSCON-JOÃO PESSOA-PB	R8-N	1.055,03	0,14	9,17	9,51
SINDUSCON-MA	R8-N	1.205,70	0,05	3,60	5,19
SINDUSCON-MG	R8-N	1.323,45	0,03	4,47	4,75
SINDUSCON-MS	R8-N	1.113,59	0,01	4,20	2,65
SINDUSCON-MT	R8-N	1.356,49	0,30	2,42	3,20
SINDUSCON-PA	R8-N	1.234,99	2,65	3,75	10,59
SINDUSCON-PE	R16-N	1.330,52	-0,29	2,25	4,65
SINDUSCON-PR	R8-N	1.418,29	0,56	2,63	7,26
SINDUSCON-RJ	R8-N	1.428,55	0,12	3,40	3,45
SINDUSCON-RO	R8-N	1.181,48	0,02	8,83	9,05
SINDUSCON-RS	R8-N	1.425,11	0,37	3,40	6,16
SINDUSCON-SE	R8-N	1.046,87	-0,78	0,57	1,02
SINDUSCON-SP	R8-N	1.319,13	0,13	1,84	2,08
CUB MÉDIO BRASIL	MÉDIA PONDERADA	1.331,17	0,15	3,23	4,25
CENTRO OESTE	MÉDIA PONDERADA	1.313,40	-0,03	3,68	4,82
NORDESTE	MÉDIA PONDERADA	1.233,48	0,00	3,34	4,19
NORTE	MÉDIA PONDERADA	1.246,88	0,55	6,79	6,90
SUDESTE	MÉDIA PONDERADA	1.340,90	0,11	2,55	2,77
SUL	MÉDIA PONDERADA	1.462,61	0,41	3,34	6,61

Fonte: Sinduscons Estaduais e Banco de Dados-CBIC.

Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

Obs.: Os valores referentes ao CUB/m² Grande Florianópolis podem ser consultados junto ao Banco de Dados-CBIC.

AGENDA


03 de outubro

WORKSHOP TÉCNICO: ÁREAS CONTAMINADAS REGIONAIS SINDUSCON-SP

Local: Santos – São Paulo

Informações pelo email:

cerimonial@sindusconsp.com.br



06 de outubro

II SEMINÁRIO JURÍDICO CBIC – CONSTRUINDO O DIREITO

Horário: 8h às 18h30

Local: Auditório do 3º andar da Casa do Comércio – Av. Tancredo Neves, 1109 – Pituba – Salvador (BA)



06 de outubro

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO EM OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Horário: 10h às 15h30

Local: Secovi-SP – São Paulo



10 de outubro

III ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Horário: 9h às 16h

Local: Complexo Brasil 21 – Setor Hoteleiro Sul Quadra 6 – Brasília



18 de outubro

ROADSHOW BIM

Horário: 7h30 às 12h

Local: Sinduscon-MT – Avenida Tancredo Neves, 93 – 2º andar – Bairro Jardim Petrópolis – Cuiabá (MT)



20 de outubro

ROADSHOW BIM

Horário: 07:30 - 12:00

Local: Ademi-BA

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins

Equipe de Comunicação:

Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br

Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br

Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br

Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Carmen Cunha - redacao@cbic.org.br

Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola

Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula

Colaboração do Seconci Brasil e Seconci-Rio.

Telefone: (61) 3327-1013